

**OS ESTRUTURALISMOS DE FERNAND BRAUDEL E CLAUDE LÉVI-STRAUSS**

*Me. Rodrigo Bianchini Cracco – (UEMS)*

**RESUMO**

O artigo de Fernand Braudel “História e ciências sociais: a longa duração” pode ser encarado sob um duplo aspecto: o de manifesto do novo tempo da história e, por outro lado, uma resposta às investidas da antropologia frente à história pelo papel de hegemonia teórico-metodológica das ciências humanas. Podemos dizer que este artigo é uma resposta à publicação de *Antropologia Estrutural*, de Claude Lévi-Strauss. Assim como em Braudel, não é exatamente na época da publicação desta obra que Lévi-Strauss apresenta suas hipóteses sobre o tempo na história e antropologia: *Antropologia Estrutural* é uma coletânea de artigos já anteriormente publicados. Portanto, assim como Braudel já havia colocado em prática as novas divisões do tempo histórico que são sistematicamente expostas em 1958, Lévi-Strauss também já havia apresentado suas conclusões sobre o assunto. Deu-se, neste momento, um embate não mais aplicado dos métodos, mas sim um embate teórico entre antropologia e história.

**Palavras-chave:** História. Antropologia. Estruturalismo. Teoria. Metodologia.

**Introdução**

Claude Lévi-Strauss é, por diversos intelectuais, considerado o maior pensador do século XX. Independente do mérito ou julgamentos valorativos, Lévi-Strauss foi quem realizou a prática antropológica numa mesma proporção que Durkheim havia feito com a sociologia. Seus trabalhos são tão lidos por historiadores quanto por antropólogos, além de fazerem parte do incrível sucesso de vendas que as ciências humanas experimentaram na Europa, principalmente na França e Alemanha, entre 1965 e 1985, quando as obras históricas e antropológicas vendiam mais, mesmo entre o público leigo, que os romances e crônicas.

Vale ressaltar que Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss lecionaram na mesma época na Universidade de São Paulo. Foi neste entremeio que se conheceram e iniciaram um longa e produtiva, ainda que por vezes ríspida, mas sempre respeitosa relação de trocas metodológicas. Podemos dizer, guardadas as proporções, que os fins almejados por ambos eram, senão os mesmos, ao menos muito próximos, mas os meios para atingir este fim – a saber, uma metodologia comum das ciências humanas, hora sob domínio da antropologia, hora da história – é que divergiam. Apesar desta incessante busca de manter, no caso de Braudel, e ascender, no caso de Lévi-Strauss, sua disciplina ao topo das ciências do homem, nas relações pessoais estes grandes intelectuais se respeitavam muito. Este respeito mútuo fica bastante claro no episódio que, diante das diferenças, metodológicas e principalmente pessoais, entre Arbousse Bastide e Lévi-Strauss, na mesma Universidade de São Paulo, Braudel sai em defesa deste último, fazendo uso da autoridade de que já gozava, e evita seu afastamento da instituição.

É paradoxalmente triste trabalhar com um intelectual como Lévi-Strauss quando sabemos que não poderemos – e nem mesmo seríamos capazes de – esgotar o que se pode analisar neste autor em suas relações tão próximas com a história; nem mesmo poderemos escrever tão longamente quanto desejado sobre as relações entre Lévi-Strauss e Braudel. Vale ressaltar que nosso objetivo é analisar a questão da temporalidade e principalmente das estruturas nos escritos teóricos destes dois autores. Neste sentido, vamos nos focar nos pontos em que as interações e embates teóricos de Lévi-Strauss e Braudel contribuíram para a “formulação temporal dos estruturalismos”.

## 1. As estruturas de Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss

Na obra *Antropologia Estrutural* temos dois capítulos-chave para nossa discussão: o primeiro deles intitulado *Introdução: História e Etnologia*<sup>1</sup>, que remete diretamente ao título sob o qual Braudel publica seu artigo em 1958; e o segundo capítulo que nos mais chama atenção na obra de Lévi-Strauss é intitulado *A noção de estrutura em etnologia*<sup>2</sup>. Baseado-nos nestes dois artigos, teceremos algumas considerações sobre as estruturas segundo Lévi-Strauss e as relações entre estas e a obra de Braudel.

Abordaremos cautelosamente alguns temas da obra deste autor; a saber, as estruturas e o sistema parentesco. Esta não é uma escolha ligada à relevância dos temas, os quais sabemos grandes demais em volume e principalmente complexidade, mas uma escolha que se mostrou como o único caminho para melhor evidenciar o papel do tempo nas estruturas da antropologia e a sua ligação com os tempos da história. Novamente vale alertar que nosso objetivo passa longe de uma tentativa de esgotar o tema das estruturas em história e antropologia; basta, para o presente artigo, evidenciar os pontos em que este tema toca a matéria do tempo histórico. Parece claro tratar aqui das estruturas segundo Lévi-Strauss, mas e quanto a ideia de parentesco? “Em verdade, os etnólogos ocuparam-se quase exclusivamente de **estrutura** a propósito dos problemas de parentesco” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 315, grifo nosso). E é por isso que este tema, possível de ser excluído do atual trabalho, aparecera repetidas vezes.

Neste caminho, vale iniciarmos com um ponto que, tanto Braudel quanto Lévi-Strauss, sugerem logo de início: quando falam de “estruturas sociais” ambos acrescentam um outro elemento conceitual, que são os modelos. Desta forma podem separar a “realidade empírica da estrutura” de sua, digamos, “virtualidade estrutural”, tomando de empréstimo o vocabulário deleuziano<sup>3</sup> (que não está presente no vocabulário dos autores que estamos tratando no momento). Já aqui se evidencia uma primeira diferença entre os autores: se para Braudel os modelos são hipóteses e sistemas de explicação, para Lévi-Strauss os modelos são a própria referência direta das estruturas sociais. Isso implica que o recorrente alerta braudeliano de que os modelos são formados pelo que há de mais humano, ou seja, devem ser sempre formulados a partir da observação empírica, não se aplica ao que Lévi-Strauss determina como estrutura social.

Segundo Braudel (2005), as pesquisas devem partir das realidades empíricas para posteriormente formarem-se os modelos de explicação. Este caminho deve ser incessantemente percorrido, de um ponto ao outro, do atual ao virtual, possibilitando assim recorrentes retoques e ajustes até que se possa obter um modelo que sirva bem algumas funções como: ensaio de explicação, instrumento de controle e comparação, verificação da solidez e até mesmo da vida da estrutura. Todavia, para que um modelo possa cumprir estas funções, ele deve satisfazer a duas condições iniciais, a saber, partir de uma realidade observável, de uma aplicação de fato e se apresentar como estrutura.

Os modelos segundo Lévi-Strauss (1996) já seguem uma outra linha, devem apresentar outros elementos para que sejam reconhecidos como estruturas. Em geral, estes requisitos são: apresentar um caráter de sistema, uma interconexão que impeça modificações que não se espelhem em todo os outros elementos da estrutura; ser uma soma de modelos para que desta forma se crie uma estrutura; a partir dos pontos anteriores, é necessário que se possa

<sup>1</sup> Publicado anteriormente com o título *Histoire et ethnologie*, *Revue de Métaphysique et de Morale*, 54º ano, ns. 3-4, 1949, PP. 363-391.

<sup>2</sup> Publicado anteriormente em: A. L. Kroeber Ed. *Antropology To-Day*, Univ. of Chicago Press, 1953, PP. 524-553.

<sup>3</sup> Sobre este tema ver: DELEUZE, Gilles. (1973, p. 299-335).

prever as reações que serão provocadas pelas modificações destes modelos; e por fim, o modelo deve ser capaz de explicar *todos* os elementos observados.

Diante das informações contidas nos parágrafos anteriores, devemos levar em conta que, se Lévi-Strauss sugere para legitimar suas propostas, sempre exemplos oriundos das relações de parentesco e dos estudos dos mitos, Braudel segue uma outra linha que poderíamos classificar, neste sentido, como mais conceitual: apesar de recorrer a exemplos concretos, como o faz Lévi-Strauss, Braudel prefere insistir na questão das durações. Não é necessário apresentar elementos de longa duração ou quase intemporais, como o faz Lévi-Strauss. Para Braudel, esta explicação deve partir das considerações de que todos os elementos estruturais, por mais longos que se apresentem, têm invariavelmente uma duração. Se as duas correntes têm muitas proximidades, se tanto Lévi-Strauss quanto Braudel estão falando uma mesma linguagem, o que os diferencia, paradoxalmente, é que ao invés da antropologia, representada por Lévi-Strauss, seguir uma linha mais teórica para a explicação dos fenômenos estruturais, como normalmente acontece, o inverso se apresenta. É Braudel que recorre menos aos exemplos, e trabalha em uma linha mais conceitual para afirmar que o tempo está presente nas estruturas, sejam estas de longuíssima duração como as que Lévi-Strauss propõe com o estudo do parentesco ou do mito, sejam de fôlego mais curto como a apresentada pelo próprio Braudel, esta que é a que ele e Frank Spooner produziram, a respeito dos jogos entre metais preciosos da Europa do século XV em diante.

Se Braudel insiste na ideia de duração para os elementos estruturais, não devemos esquecer que também Lévi-Strauss fala sobre o tema, todavia este prefere usar o termo “medida”. Não que a ideia de medida tenha sido introduzida em antropologia pelo uso das estruturas. Na verdade, a estrutura, segundo Lévi-Strauss, passou a ter lugar nas ciências humanas a partir das matemáticas modernas, qualitativas, em oposição às matemáticas tradicionais, quantitativas. Dessa maneira, a medida já estava presente nas ciências humanas, ainda com base nas matemáticas tradicionais.

Braudel, em seu artigo de 1958 retoma a distinção que Lévi-Strauss havia produzido pouco antes entre “modelos mecânicos” e “modelos estatísticos”. O primeiro, na escala dos fenômenos, baseando-se na observação de um grupo pequeno. Já o segundo, usado para falar de grandes sociedades, nas quais os números e as médias se impõem.

Lévi-Strauss apresenta uma importância substancial a esta diferenciação, posto que é a partir do tamanho do grupo estudado que se pode optar um ou outro tipo de modelo de explicação. Assim, afirma que para as “proibições” das sociedades, inclusive da nossa, os antropólogos recorrem aos modelos mecânicos. Já para os “possíveis”, como as relações de parentesco que podem se estender por uma vasta gama de possibilidades, afirma que os modelos estatísticos se apresentam melhores. Notamos que a escolha de que modelo pode ser formulado para determinado assunto se dá a partir da medida, do tamanho do grupo estudado. Veremos que Braudel, ao recorrer aos conceitos de Lévi-Strauss sobre o assunto, sugere que outras condições devem ser observadas para definir que modelo de explicação deve ser adotado.

Logo após citar Lévi-Strauss, Braudel acrescenta que, no fundo, pouco importam estas definições, justamente porque não é baseado na medida do grupo estudado que se deve optar por este ou aquele modelo de explicação; para Braudel, a significação e o valor de explicação de determinado modelo está ligado estritamente à duração que o objeto observado implica. Assim, importa menos o tamanho do grupo estudado, ou os elementos “proibidos” ou “possíveis”; importa é saber a que ponto a duração observada do objeto se estender mais ou menos, se se trata de um elemento de longa, média ou curta duração. Esta diferença nos é primordial. Enquanto a medida para Lévi-Strauss está antes ligada ao tamanho do grupo, para Braudel, esta mesma medida está ligada à duração. Estas duas formas diferentes de decidir

que modelo melhor se aplica a cada tipo de pesquisa são suficientes para abstrair que a estrutura braudeliana é, de fato, histórica, pois baseada no tempo, elemento que individualiza a história em relação às outras ciências do homem.

Lévi-Strauss (1996, 323) afirma que: “O problema das relações entre a história e a etnologia foi, recentemente, objeto de numerosas discussões. A despeito das críticas que me foram dirigidas, mantenho que a noção de tempo não está no centro do debate”. Para o autor, a diferença se dá em outro nível; a saber, que a etnografia e a história se ocupam da coleta e organização de documentos enquanto a etnologia e a sociologia se ocupam dos modelos e estruturas que são construídos com base nos documentos que as duas precedentes recolhem. É certo que desta forma as novas ciências do homem, trabalhando juntas, separadas apenas sutilmente pelos métodos, se impõem frente à história, esta relegada ao status de disciplina auxiliar.

Dessa forma teríamos, como o próprio autor propõe, disciplinas que realizam uma mesma pesquisa, mas em fases diferentes. A etnografia e a história numa primeira etapa e a sociologia e a etnologia finalizando esta pesquisa, de forma que os resultados são apresentados por um estudo derivado. O problema desta divisão se dá em nível epistemológico: seguindo este padrão, tal como apresentado por Lévi-Strauss, corre-se o risco de apresentar resultados de pesquisas que, apesar de terem partido de elementos empíricos, terminam com conclusões que se aproximam mais de um discurso metacientífico que propriamente preocupado em esclarecer as questões colocadas pelo objeto em princípio observado.

Uma outra questão é levantada por Lévi-Strauss a respeito das divisões disciplinares que estamos nos ocupando por ora. Os tempos das pesquisas se diferenciariam apenas diante dos modelos que estas mesmas pesquisas podem criar. É como se houvesse apenas uma diferença temporal entre modelos “mecânicos” e “estatísticos”. O autor apresenta um gráfico que pode ser descrito da seguinte maneira: a história e a etnografia teriam como passo inicial a observação empírica, enquanto o início das pesquisas sociológicas e etnológicas se daria por meio da construção dos modelos. Já em um segundo nível, a história e a sociologia só podem fornecer modelos estatísticos, enquanto a etnografia e a etnologia, já que fazem parte de uma mesma pesquisa, apresentariam modelos mecânicos.

“Compreende-se, assim, porque as ciências sociais, que devem todas adotar necessariamente uma perspectiva temporal, distinguem-se pelo emprego de duas categorias de tempo” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 324). As duas categorias do tempo, para Lévi-Strauss são, portanto, as fornecidas pelos modelos “mecânicos”, de um lado, e “estatísticos” de outro. Este é o cerne da atual discussão; se para Braudel, como já vimos, o mais importante elemento da pesquisa são as durações, as imbricações temporais que toda pesquisa permite, para Lévi-Strauss, existem apenas dois tempos, estes com ainda mais uma diferença fundamental, posto que são “escolhidos” a partir dos modelos construídos e não segundo a observação empírica do objeto de estudo. Diante deste fato, temos uma conclusão bastante importante: se o objetivo da etnologia é analisar e interpretar as diferenças (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 28), ela furta-se de muitos problemas ao ocupar-se apenas das semelhanças. Se não são os tempos do objeto observado que estão em questão, e sim o tempo do modelo construído, esta pesquisa tende a perder de vista o elemento de ensejo, o tema e objeto de fato analisados para concentrar-se nas amplificações e possíveis múltiplas aplicações dos modelos que só podem, para este fim, serem construídos com base nos inventários das semelhanças, e não das diferenças. Esta constatação, por mais que pareça um ataque externo ao estudo etnológico está, na verdade, no próprio texto de Lévi-Strauss, que apresenta inclusive certo tom de descontentamento diante do fato.

Lévi-Strauss afirma que a etnologia ocupa-se do tempo dos modelos “mecânicos”,

segundo ele, reversíveis e não-cumulativos. A história, por outro lado, ocupar-se-ia de um tempo “estatístico”, não reversível e que comporta uma orientação determinada. Podemos afirmar que Lévi-Strauss, ao fazer tal afirmação, pensa a história exclusivamente a partir de uma de suas dimensões temporais, a saber, a da temporalidade ou “gênese ordinal estática”; e se furta a reconhecer uma segunda aplicação temporal que, a partir dos *Annales* e principalmente de Braudel, assume a função temporal principal nos estudos históricos, que são as durações, ou as “temporalidades múltiplas internas”<sup>4</sup>.

Contudo, será correto afirmar que Lévi-Strauss, de fato, considere apenas duas dimensões do tempo nas pesquisas etnológicas? Para responder a tal questão, vale citar um trecho do autor:

Observou-se já que o continuum temporal aparece reversível ou orientado, segundo o nível que oferece maior valor estratégico, em que devemos nos colocar do ponto de vista da pesquisa em curso. Outras **eventualidades** podem também se apresentar: tempo independente do tempo do observador, e ilimitado; tempo função do tempo próprio (biológico) do observador, e limitado; tempo analisável ou não em partes, que são elas mesmas homólogas entre si ou específicas, etc. Evans-Pritchard mostrou que se pode reduzir a propriedades formais deste tipo a heterogeneidade qualitativa, superficialmente percebida pelo observador, entre seu tempo próprio e tempos que dependem de outras categorias: história, lenda ou mito. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 328, grifo nosso).

Sobre o trecho anteriormente citado, podemos abstrair duas conclusões oportunas. A primeira delas é que Lévi-Strauss trata apenas do “continuum temporal”, que já estava presente e nas obras de Marc Bloch e também em Fernand Braudel, todavia sob outro nome, o de temporalidade. Nestes autores dos *Annales* o “continuum temporal” não é reversível, posto que não se pode subverter o encadeamento dos fatos numa linha temporal quando este tempo está quase naturalizado, baseado nas dimensões biológicas e físicas, ou mesmo sociológicas, levando em conta a naturalização do tempo por parte dos durkheimianos (todavia este é um outro problema do qual não nos ocupamos no presente artigo). Temos para a história, portanto, assim como apresentado por Lévi-Strauss um tempo não-reversível e orientado. Todavia vale lembrar que temos também uma segunda categoria do tempo, a duração, que não é abordada por Lévi-Strauss, esta sim que é dotada de outras propriedades (nota de rodapé 4).

Um segundo ponto que deve ser ressaltado diz respeito à forma como Lévi-Strauss apresenta, no trecho anteriormente citado, a possibilidade de se pensar o tempo sob outros aspectos. Segundo ele estas outras modalidades do tempo são apenas “eventualidades”. Evitaremos produzir qualquer tipo de juízo, mesmo porque não é nosso objetivo e, obviamente, diante da excelência do autor do qual estamos tratando. Para tanto, vale apenas citar a agressiva discussão gerada por esta afirmação de Lévi-Strauss. Estamos nos referindo a

<sup>4</sup>Utilizamos o termo “temporalidade” como categoria do tempo: linear, irreversível e constante. É nesta temporalidade que a história se passa, de forma ordinal, do passado mais distante ao mais próximo. Digamos que a temporalidade é a extensão do tempo, desde uma suposta gênese até o fim de determinada observação, não levando em conta a multiplicidade de durações contidas nesta temporalidade. Já o termo “duração”, consideramos ligado não a um tempo natural, mas ao tempo da reconstrução histórica, onde o historiador determina a duração de um dado fenômeno. Digamos que esta duração vale o tempo que vale a “realidade” que ela registra. Portanto, podemos falar das durações de fatos, tendências e estruturas de diferentes dimensões. Estas durações variam conforme a “realidade” observada pelo historiador destes mesmos fatos, tendências ou estruturas. Todavia, todas estas durações que podem variar de muito curtas até de longuíssima duração (nenhuma, enquanto objeto do historiador, imóvel) estão inseridas na invariavelmente presente temporalidade. Acreditamos existir uma correspondência direta entre o que denominamos “temporalidade” e “duração” com o que Deleuze chamou de “gênese ordinal estática” e “temporalidade múltipla interna”, respectivamente. Sobre os conceitos de “gênese ordinal estática” e “temporalidade múltipla interna”, ver: Deleuze (1973).

Georges Gurvitch que, segundo Gilles Granger, é o sociólogo que “encurrala a sociologia na história” (GRANGER, 1957, p. 41-42). E principalmente sobre seu artigo *Le Concept de Structure Sociale*, no qual Gurvitch critica duramente as definições e a falta de maleabilidade de Lévi-Strauss ao tratar das categorias do tempo. Lévi-Strauss responde, tão agressivamente quanto Gurvitch, com um outro artigo, que fecha sua obra *Antropologia estrutural*.

Lévi-Strauss também escreve sobre “escalas” para as características espaciais e temporais, mas de modo bastante sutil. A apresentação discursiva que o autor produz de como o etnólogo pode utilizar estas escalas é, novamente, baseada em escolhas e negações. Assim, o etnólogo utiliza um “macro-tempo” e um “micro-tempo”; um “macro-espço” e um “micro-espço”. Da história, apenas as categorias fornecidas por estudos de “pré-história” e da “arqueologia” são consideradas, juntamente com a teoria difusionista, a topologia psicológica e a sociometria, como conhecimentos complementares, para formar os modelos e as estruturas das ciências humanas. Lévi-Strauss ainda afirma que, ao contrário do que defendem os chamados “funcionalistas”, os domínios da geografia e da história são perfeitamente compatíveis com uma atitude estruturalista.

Se deixarmos momentaneamente de lado esta miríade de classificações temos, portanto, que não é negado que historiadores participem da corrente chamada estruturalista, como Lévi-Strauss deixa bastante claro. Aliás, Braudel afirma que com a longa duração e a ideia de estrutura, a história e as ciências sociais estão mais próximas que nunca:

No plano da história de longa duração, história e sociologia não se reúnem, não se ombreiam, seria dizer muito pouco: elas se confundem. A longa duração é a história interminável, durável das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e frequentemente mais que secular (o tempo é estrutura); essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; se se deteriora nessa longa viagem, recompõem-se durante o caminho, restabelece sua saúde, e, por fim, seus traços só se alteram lentamente [...]. (BRAUDEL, 2005, p. 106).

## 2. Algumas considerações sobre o tempo na metodologia de Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss

Assim como fez o próprio Braudel em seu artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”, Lévi-Strauss dá ênfase ao início da disputa entre a história e a antropologia, disputa esta que se estende por mais da metade de todo o século XX. Nos referimos aqui aos trabalhos de Henri Hauser e François Simiand, publicados na passagem do século XIX ao XX. Esta retomada das “origens” é especialmente significativa posto que ambos, historiadores e antropólogos, assumem uma atitude filial em relação à Simiand, ainda que cada um o apresente de forma que justifique seu método como diretamente inspirado no trabalho deste. As adaptações que fazem de seu trabalho são apresentadas quase como uma sequência lógica do que seria a forma pretendida da observação do social segundo Simiand. Para a antropologia, esta filiação aparece de forma mais direta, o que poderia significar uma relativa “legitimação da filiação”. Todavia, os *Annales* e especialmente Braudel, conseguem subverter esta vantagem ao afirmar repetidas vezes que buscam “reformular” a disciplina histórica baseando-se em seus escritos. Esta “virada de mesa” fica bastante evidente na medida que a Revista dos *Annales* publica repetidas vezes (três vezes) o artigo “Método histórico e ciência social”. Todavia não cabe aqui avaliarmos quem são seus verdadeiros herdeiros; nos importa notar que esta disputa, a partir do artigo de Simiand, está presente nas diversas fases das interações entre história e antropologia, inclusive na que diz respeito ao conceito de estrutura.

Para realizar uma definição precisa de etnografia e da etnologia, Lévi-Strauss recorre à relação que estas duas vertentes mantêm com a história e, inclusive, afirma que o drama interno destas mesmas duas correntes se dá na medida em que fazem uso da dimensão temporal. Segundo Lévi-Strauss:

[...] o problema das relações entre as ciências etnológicas e a história, que é, ao mesmo tempo, seu drama interior revelado, pode ser formulado da seguinte maneira: ou nossas ciências se vinculam à dimensão diacrônica dos fenômenos, isto é, à sua ordem no tempo, e se tornam incapazes de traçar-lhes a história; ou procuram trabalhar à maneira do historiador, e a dimensão do tempo lhes escapa. Pretender **reconstituir** um passado do qual se é impotente para atingir a história, ou querer fazer a história de um presente sem passado, drama da etnologia num caso, da etnografia no outro, tal é, em todo caso, o dilema no qual o desenvolvimento delas, ao longo dos últimos cinquenta anos, pareceu muito frequentemente colocá-las. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 15, grifo nosso).

Certamente Lévi-Strauss não ignorava as inovações metodológicas, em especial, as relativas ao tempo histórico, produzidas pelos *Annales*. Todavia, o trecho anterior deixa claro que, se não ignora – apesar de alertar constantemente a comunidade dos etnólogos sobre a importância da história em seus trabalhos –, o autor atribuía menos valor à estas inovações, em favor da defesa de sua própria disciplina, apresentando o trabalho do historiador tal qual Simiand o havia feito mais de meio século antes. Trata-se, ao menos em parte, de um problema conceitual: caso estivessem claramente definidas as divisões entre temporalidade e duração, que, na época, apesar de não estarem sistematizadas, já faziam parte da prática dos historiadores ligados ao grupo dos *Annales*, parte do problema colocado por Lévi-Strauss já estaria resolvido; não é contraditório que se trabalhe em uma pesquisa, quer seja esta histórica ou etnológica, em, por exemplo, três dimensões temporais diferentes: uma vinculada “à sua ordem no tempo”, ou seja, à temporalidade; outra, bastante definidos seus espaços e delimitações temporais, ou seja, ligada às durações; e por último, que não faz parte de nosso trabalho, mas que está invariavelmente presente em todas as pesquisas, que é o tempo do “lugar de produção”<sup>5</sup>. Portanto, o tempo não precisa ser encarado pelo antropólogo como uma dicotomia que implica, necessariamente, uma recusa; vários tempos diferentes podem coexistir numa mesma pesquisa. A pluralidade dos tempo, a “dialética da duração”, já resolvia este problema.

Um outro problema conceitual, ainda que se apresente aparentemente como de segunda ordem, é que Lévi-Strauss fala de uma “reconstituição” do passado para se atingir a história. Novamente vale lembrar o trabalho de Michel de Certeau, que apresenta de forma bastante clara a questão da reconstrução (construir uma visão sobre o passado) e não reconstituição (constituir novamente o passado). Por meio de indícios, pistas e vestígios do passado é que o historiador pode produzir uma interpretação/reconstrução histórica. Reconstituir o passado em sua totalidade não é, nem foi nos últimos séculos, a meta da história enquanto disciplina, se é que o foi em alguma época. É certo que a obra principal de Certeau foi publicada somente em 1975. Todavia, bem antes disso, Lucien Febvre já insistia na ideia de que a história é sempre uma construção. Podemos abstrair disto que, em primeiro lugar, os historiadores foram bem mais argutos ao se apropriarem dos métodos antropológicos que os antropólogos ao se apropriarem dos métodos da História Nova. Em segundo lugar, foi imposto aos historiadores dos *Annales* que se preocupassem, como o é ainda hoje, em realizar sistematizações das novas metodologias propostas para que não fossem subtraídos pela preocupação teórica que vinham apresentando os antropólogos. Esta é possivelmente a

<sup>5</sup> Sobre este ponto ver: CERTEAU, 2006.

principal importância dos trabalhos de natureza teórica produzidos pelos *Annales*; e Fernand Braudel, como arauto desta Nova História, precisou se aplicar de forma séria nesta peleja como já o havia feito, algumas décadas antes dele, Lucien Febvre e vários outros depois deles<sup>6</sup>.

### Considerações Finais

Se, tanto para Braudel como para Lévi-Strauss, o tempo cumpre funções importantes para as ciências do homem, como se dão as diferentes formas de apresentar a orientação do tempo nas pesquisas históricas e etnológicas?<sup>7</sup> Este questionamento se justifica logo à primeira vista: Braudel, assim como proposto e efetuado pelos primeiros *Annales*, prezava bastante a ideia de uma história problema, que parte de questionamentos do presente para conhecer o passado, uma história problema que pretende passar do supostamente mais conhecido para buscar uma reconstrução do que não está mais ao alcance das mãos, do que só pode ser conhecido por meio dos vestígios, sinais, documentos e monumentos. Todavia, Lévi-Strauss faz a seguinte afirmação:

Ademais, quando nos limitamos ao instante presente da vida de uma sociedade, somos, antes de tudo, vítimas de uma ilusão: pois tudo é história; o que foi dito ontem é história, o que foi dito há um minuto é história. Mas sobretudo, condenamos a não conhecer esse presente, pois somente o desenvolvimento histórico permite sopesar, e avaliar em suas relações respectivas, os elementos do presente. E muito pouca história (já que tal é, infelizmente, o quinhão do etnólogo) vale mais do que nenhuma história. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 26)

É certo que o autor, quando atribui ao passado a tarefa de permitir conhecer o presente, está de forma plena afirmando a importância da história para a antropologia. Ora, esta perspectiva não está ausente do ofício do historiador. Entretanto, podemos notar uma prioridade dada ao movimento no sentido de um passado em direção ao presente, culminando na compreensão não da história, e sim do atual. Não há dúvida que esta diferença é inerente às disciplinas, já que a etnologia e a história, ainda que caminhando lado a lado, guardam suas diferenças. É certo inclusive que faz parte do ofício do historiador iluminar não só o passado sobre o qual se debruça, mas também o presente que o incita, propõe e mesmo permite (ou não) investigar este passado. O que nos importa neste ponto é que, se considerarmos esta diferença entre a orientação do tempo na história dos *Annales* e como Lévi-Strauss a propõe, notamos novamente uma indiferença da antropologia em relação à história dos *Annales*.

Por vezes, os objetivos de ambas disciplinas se confundem; no entanto a relação que estas mantem com o tempo, como ferramenta metodológica para suas pesquisas, difere largamente. Lévi-Strauss afirma que tendo os mesmos objetos, objetivos e métodos que

<sup>6</sup> Posteriormente à época que estamos tratando neste trabalho, outros membros dos *Annales* também tiveram que se posicionar firmemente neste sentido. Podemos citar, entre outros, os textos metodológicos de Jacques Le Goff, Michel Vovelle, Georges Duby e Marc Ferro. Outro nome importante neste mesmo sentido foi o de Michel Foucault. Apesar de não ser possível rotulá-lo como historiador adjunto (que o foi na prática) dos *Annales*, e nem mesmo como “historiador” propriamente (a longa discussão que esta questão implica não tem lugar aqui), Foucault foi considerado de início como um possível “organizador” das propostas metodológicas dos *Annales*. Porém, esta possibilidade não se concretizou plenamente, como ficou evidente no fim da década de ‘70.

<sup>7</sup> Certamente as questões relativas à: orientação, sentido e ritmo do tempo, são assuntos majoritariamente estudados pela metafísica, como elementos suprassensíveis. Este é um campo que não pretendemos adentrar, evitando assim um desvio da proposta do artigo. Todavia, faremos uma pequena incursão na questão da orientação do tempo, exclusivamente em Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss, com o intuito de arrematar o presente debate.

variam apenas sutilmente, o que difere a etnologia e a história é que uma se preocupa com os aspectos inconscientes da vida social, enquanto a outra com os conscientes. Mas o que dizer das histórias do inconsciente que desde os fundadores dos *Annales*, principalmente com Lucien Febvre, já começam a ser produzidas na primeira metade do século XX? Acreditamos que a chave para responder a tal questão seja o tempo: ferramenta imprescindível para as mais diversas ciências humanas.

### Referências

- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In \_\_\_\_\_: *Escritos sobre a história*. Trad: J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo : Perspectiva, 2005. (Debates ; 131).
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad: Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica: Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Em que se Pode Reconhecer o Estruturalismo? In: CHATELET, François (direção). *História da Filosofia: idéias, doutrinas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. (8v.) p. 271-303.
- GRANGER, Gilles-Gaston. Événement et Structure dans les Sciences de l'Homme. *Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée*. Paris, n . 55, maio-dez, 1957.
- GURVITCH, Georges. Le Concept de Structure Sociale. *Cahiers internationaux de Sociologie*. v. 19, n. s., 2º ano, 1955.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Trad: Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão etimológica de Júlio Cezar Melatti. 5. ed. Rio de Janeiro : Edições Tempo Brasileiro, 1996.
- SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Trad. José Leonardo do Nascimento. Bauru : EDUSC, 2003.